

**INDUSTRIALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA:
ESTUDO DE CASO SOBRE A EVOLUÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
DO SETOR TÊXTIL-VESTUARISTA NA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ**

Elaine Cristina de Oliveira Menezes – UFSC / UNIVALI

E-mail: elaine@cfh.ufsc.br

1 Introdução

Um dos complexos industriais de grande relevância para o processo de formação socioeconômica do Estado de Santa Catarina foi o têxtil-vestuarista. Esse complexo industrial é parte de um segmento tradicional e vem, nas últimas décadas, conforme Lins (2005), sofrendo inúmeras transformações em função da abertura econômica e das pressões do mercado mundial, o que culminou na reconfiguração da atividade dentro do seu próprio território (o Vale do Itajaí). Essa reconfiguração culminou no processo de interiorização do setor têxtil-vestuarista no bojo das mudanças socioeconômicas referidas acima, do Médio Vale em direção ao Baixo, Alto Vale do Itajaí e para outras macrorregiões do estado de Santa Catarina. Todas essas transformações vêm também sendo alvo de inúmeras discussões sobre o esgotamento do *modelo de desenvolvimento catarinense* (VIEIRA e CUNHA, 2002; LENZI, 2000).

Nesse sentido, este artigo tem o fim de elucidar a evolução da trajetória percorrida pela atividade têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale Itajaí, buscando aprofundar sua estrutura e organização, além de aspectos relativos a preocupações socioambientais, visto que os padrões de desenvolvimento atual requerem do setor produtivo uma perspectiva mais ampla de atuação que contemple além dos aspectos socioeconômicos os sociopolíticos e socioambientais. Dentro desse prisma, buscou-se refletir neste trabalho quais são os entraves existentes dentro do quadro de evolução da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí à incorporação das preocupações com a dimensão socioambiental do desenvolvimento. Então, a partir dessa reflexão inicial, apresentam-se as principais orientações metodológicas que balizaram este artigo.

2 Aspectos metodológicos

Este estudo é do tipo empírico, valendo-se de um arcabouço teórico para norteá-lo. Caracteriza-se, também, como um estudo exploratório-descritivo-analítico. Exploratório-descritivo, pois pretende descrever as características do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987). E ainda se pretende não apenas configurar e diagnosticar a organização do segmento de confecções da microrregião do Alto Vale do Itajaí, mas também identificar os impactos socioambientais da atividade têxtil-vestuarista sobre o território, as dificuldades e potencialidades das empresas em internalizar os custos sociais dessa atividade. Analítico, pois está fundamentado pela matriz-teórico-metodológica do Desenvolvimento Territorial Sustentável, recuperando elementos de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

No que tange aos aspectos qualitativos, verifica-se a participação de 86 atores-chave entrevistados¹. Quanto aos elementos quantitativos, a pesquisa também contou com a aplicação de 53 questionários² junto às empresas dessa microrregião, o que possibilitou a complementação dos dados obtidos junto às entrevistas. A partir das informações obtidas com esses atores-chave entrevistados e questionados ocorreu à análise dos respectivos dados. Além desses procedimentos metodológicos, a pesquisa contou com a contribuição de dados secundários, especialmente, com a obtenção de trabalhos de pesquisa já realizados na área em questão, bem como de informações obtidas em periódicos, revistas, jornais etc.

Dessa forma, a análise e interpretação dos dados contemplaram três etapas: i) uma *descritiva*, relativa à trajetória de desenvolvimento socioeconômico da microrregião e da aglomeração industrial, apontando para suas características socioeconômicas; ii) uma *explicativa*, que buscou integrar a avaliação dos padrões de interações existentes entre as empresas desse aglomerado e entre as empresas e instituições de apoio, bem como a avaliação dos principais impactos socioambientais dessa indústria sobre o território; iii) uma

¹ Dentre os 86 entrevistados 15 contemplaram a primeira etapa no qual se realizou a delimitação da trajetória socioeconômica da microrregião do aglomerado têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí; e 71 entrevistados contemplaram a segunda etapa para identificação dos padrões de articulação institucional e de avaliação dos impactos sociais e ambientais da atividade vestuarista sobre o território.

² Foram aplicados 53 questionários, dentro desse universo, 13 são microempresas, 38 são empresas de pequeno porte e duas de médio porte. A seleção do número de empresas que fizeram parte da coleta de dados através do questionário foi encaminhada a partir da população constante nos dados da RAIS 2005, Divisão CNAE relativa ao segmento de confecção², publicados em 2006² dos 12 municípios que tiveram uma participação no emprego formal acima de 12%. Essa seleção justifica-se, pois tais municípios (que compreendem 42,86% dos municípios do Alto Vale) são sedes de aproximadamente 85% das empresas da região. A elaboração da amostra dessa população teve como erro amostral 14%². Esse erro justifica-se em função do acesso aos participantes dificultados, além do tempo curto e da distância para buscar as informações, o que acarretou um número reduzido de retorno dos questionários.

prospectiva em que se buscou avaliar os principais obstáculos gerados pela aglomeração industrial ao desenvolvimento do território, os possíveis espaços de manobra que poderiam reverter os problemas sociais e ambientais gerados por essa indústria. A seguir, serão apresentados os principais aportes teóricos que sustentaram e fundamentaram a análise desta pesquisa.

3 Território, arranjos produtivos locais e meio ambiente

A discussão teórica deste artigo tem como pano de fundo a noção de desenvolvimento territorial sustentável. Essa noção parte da concepção de desenvolvimento territorial, tentando acoplar a ela aceções de sustentabilidade, termo abordado desde o relatório Bruntland, originário de uma discussão mais antiga dos preparativos da Conferencia de Estocolmo e que vem complementar o binômio Desenvolvimento e Meio Ambiente (KAPP, 1972a; MEADOWS et al, 1978; VIEIRA, 2006; SACHS, 1986; SACHS, 1993). Esse enfoque é baseado numa perspectiva de um tipo de desenvolvimento integral, em uma abordagem de planejamento e gestão humana, enriquecida pela pesquisa sistêmica e que busca compreender e avaliar os impactos destrutivos das atividades socioeconômicas (VIEIRA, 2006; JOLLIVET e PAVÉ, 2002; VON BERTALANFFY, 1975).

A partir dessa reflexão que denota como pano de fundo uma preocupação mais ampla do termo desenvolvimento, parte-se da noção das inúmeras reflexões acerca do tema dos sistemas produtivos locais como elemento de dinamização do desenvolvimento (territorial). Por meio da noção de distritos industriais e sistemas produtivos locais, o enfoque analítico deste artigo integra a essa discussão um debate mais amplo, no sentido de romper com enfoques tributários das teorias econômicas ortodoxas, e de avançar em relação às reflexões sobre os modos e padrões institucionais que culminaram em estudos sobre os modos de regulação e governança territoriais. É preciso destacar e reconhecer os avanços dessa discussão sobre governança, todavia, identificando os seus limites na incorporação *du large débat* sobre a questão socioambiental. Nesse sentido, optou-se por inserir ao quadro analítico deste artigo recortes teóricos que contribuíssem para a identificação e avaliação dos impactos socioambientais das ações produtivas sobre o território, entendendo o termo socioambiental como uma concepção “ser humano no meio ambiente”.

Nesse sentido, o enfoque analítico, orientador deste artigo, busca integrar as abordagens dos APLs (concebendo-o como uma configuração de empresas (geralmente MPEs) em estágio intermediário reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade) (LEMONS, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2003; SANTOS; DINIZ e BARBOSA, 2004; COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001); governança (concebida como arranjos institucionais que regulam transações no interior e através de um sistema econômico) (BOURQUE, 2000; LEVÉSQUE, 2001; COURLET, 2001; REDESIST, 2007); impacto socioambiental (diz respeito ao conjunto de procedimentos que permitem uma compreensão das conseqüências prováveis sobre o meio social e biofísico das atividades que levam ao crescimento socioeconômico) (SÁNCHEZ, 2006; VANCLAY, 2003), inserindo-as na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. O desenvolvimento é interpretado nesse estudo como um fenômeno socioambiental em que os modos de governança podem contribuir para a construção de um tecido social provido de regras e normas capazes de dinamizar estratégias de desenvolvimento alternativas, mais prudentes do ponto de vista socioambiental (SACHS, 1986, 1993 e 2007; JOLLIVET e PAVÉ, 2002; HOLLING, BERKES e FOLKE, 1998; DANSEREAU, 1999; ANDION, 2007).

Portanto, o quadro teórico do presente artigo busca ter uma visão sistêmica do impacto da aglomeração industrial sobre o mercado, a vida das pessoas e o meio ambiente. Nesse sentido, parte-se de uma abordagem que integra as questões relativas à estrutura, organização e articulação empresarial e interinstitucional e sistemas de governança à questão socioambiental, inserida em uma perspectiva “sistema-socioprodutivo-no-ecossistema”. Sendo assim, a partir do quadro teórico proposto, a seção seguinte apresenta os principais resultados da pesquisa.

4 Organização produtiva, governança territorial e impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista

A microrregião em questão denomina-se Alto Vale do Itajaí, localiza-se próximo à região central do estado de Santa Catarina, ocupa uma área de 7.514 km² (cerca de 7,68% da área total do Estado) e pertence ao Vale do Itajaí. O Alto Vale integra 28 municípios do estado de Santa Catarina. Quanto à trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí verifica-

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

se que a colonização deu-se predominantemente pelas etnias alemãs e italianas. Todavia, nesse período da colonização a microrregião era povoada pelos índios Xoklengs.

Apesar de o Alto Vale já ser povoado pelos indígenas, a colonização ocorre efetivamente quando alemães e italianos chegaram e estabeleceram-se em pequenas propriedades (de vinte hectares no máximo), devido à topografia acidentada típica dos vales. O desenvolvimento econômico da região iniciou com a extração da madeira, agricultura e pecuária. O esgotamento do recurso florestal e as limitações impostas pela legislação ambiental acarretaram o declínio do setor madeireiro nas décadas de 1970 e 1980. A partir dessa crise, o território passa por um período de estagnação. Esse fato conduziu ao fortalecimento de algumas atividades e ao surgimento de outras, como é o caso do desenvolvimento do setor metal-mecânico e a estruturação do segmento têxtil-vestuarista. A Figura 1 apresenta uma síntese da trajetória socioeconômica da microrregião.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

EVOLUÇÃO DA TRAJETÓRIA SOCIOECONÔMICA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ				
	1850-1920	1920-1960	1960-1990	1990-2000
F A T O R E S C R Í T I C O S	<p>Produção agrícola de subsistência com pouca comercialização dos excedentes</p> <p>Estruturação do mercado local - pequeno comércio</p> <p>Aparecimento de artesãos e ferramenteiros</p> <p>Produção de fumo, mandioca e outras culturas de subsistência, a exemplo do milho.</p> <p>Extração da madeira.</p>	<p>Atividade extrativista intensa; Auge do ciclo da madeira - extração de óleo sassafrás e criação de serrarias</p> <p>Produção e beneficiamento da mandioca</p> <p>Fortalecimento do comércio local</p> <p>Formação de uma sociedade de crédito local</p> <p>Fortalecimento do espírito associativista</p> <p>Surgimento de indústrias do setor metalúrgico.</p>	<p>Rarefação dos recursos florestais e mudanças na legislação provocando a decadência do setor em 1960.</p> <p>Evasão de capitais locais</p> <p>Mudanças na estruturação dos mercados e decadência da agricultura familiar de pequeno porte nas décadas de 1980 e 1990.</p> <p>Surgimento do setor metal-mecânico.</p> <p>Aparecimento de empresas do setor têxtil-vestuarista</p> <p>Problemas socioambientais gerados pelas enchentes.</p>	<p>Proliferação das empresas e facções e diversificação da atividade têxtil-vestuarista</p> <p>Intensificação da produção de jeans e espraiamento para os municípios menores (facções).</p> <p>Fortalecimento do setor metal-mecânico.</p> <p>Restabelecimento do setor madeireiro, por meio dos programas de reflorestamento.</p> <p>Surgimento do turismo rural e de práticas agroecológicas.</p> <p>Continuidade da rizicultura e decadência da fumicultura.</p> <p>Decadência da pequena propriedade agrícola.</p>
ÊNFASE	Estruturação das vilas e formação de um tecido socioeconômico de subsistência, polarizado pelo extrativismo (madeira).	Extrativismo madeireiro e surgimento de alguns outros poucos setores industriais.	Período de crise e busca de alternativas de crescimento econômico.	Ascensão das atividades vestuaristas, fortalecimento do segmento metal-mecânico e embrionário turismo rural/ agroecológico.
PROBLEMAS	Conflitos com indígenas Dificuldades de comercialização da produção.	Conflitos com indígenas Dificuldades de transporte e comercialização Disponibilidade de energia elétrica.	Transferência de algumas empresas (e capitais) para outras regiões do País (especialmente para o litoral) Êxodo rural para outras localidades - do Vale e do Estado.	Êxodo rural Enfraquecimento da cultura local Enfraquecimento do cooperativismo.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Fonte: Organizado pela autora

Figura 1: Fases do processo de formação socioeconômica do Alto Vale do Itajaí

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

A Figura 1 apresenta uma síntese da trajetória de desenvolvimento do Alto Vale até Os anos 2000. Nesse sentido, ao avaliá-lo percebemos que os fatores condicionantes do surgimento da aglomeração industrial do segmento de confecção do Alto Vale do Itajaí estiveram atrelados ao período de crise e de estagnação econômica que atravessava a microrregião em questão com a decadência do setor madeireiro. A ascendência de sistemas produtivos locais tem ocorrido, em muitas regiões, a exemplo da Terceira Itália, em períodos de crise a partir do fortalecimento de laços de solidariedade (COURLET, 2001). Resumidamente, a pesquisa de campo destacou que a emergência desse segmento ocorre a partir dos seguintes acontecimentos: i) esgotamento do recurso florestal que acarretou a crise do segmento madeireiro que alimentava e sustentava economicamente a microrregião; ii) no final do ciclo da madeira a microrregião também foi cenário de grandes enchentes (década de 1980) que acarretaram graves problemas socioeconômicos. Além desses fatores condicionantes, tem-se o processo de interiorização do setor têxtil-confecção do Vale do Itajaí, com maiores reflexos na década de 1990.

Portanto, foi por meio da mobilização das instituições públicas locais, bem como da comunidade que essa indústria emergiu no Alto Vale do Itajaí. Ela se estruturou sobre a influência da região de Blumenau (Médio Vale do Itajaí) por meio do intercâmbio de conhecimento e *know how* para a formação da mão-de-obra local, e pela ocorrência da subcontratação. As redes de subcontratação e as interconexões estabelecidas com o Médio Vale do Itajaí contribuíram para que o segmento crescesse na microrregião. Por meio dos dados da RAIS no período de 1995 e 2000, verifica-se um aumento preponderante no número de empresas e emprego, especialmente, junto às Micro e Pequenas Empresas - MPEs. O Quadro 1 a seguir destaca a evolução do número de empresas e do emprego de 1995 a 2006.

Divisão CNAE 95	Empresas				Emprego			
	1995	2000	2005	2006	1995	2000	2005	2006
Micro	160	211	288	322	367	530	1104	1221
Pequeno	52	118	176	201	1525	3330	4577	5104
Médio	6	8	5	4	791	1374	1124	800
Grande	1	0	0	1	758	0	0	0
Total	219	337	469	528	3441	5234	6.805	7.125

Fonte: RAIS (1996); RAIS (2001); RAIS (2006); RAIS (2007)

Quadro 1: Número de emprego e empresas Divisão CNAE/95 – 1995 a 2006

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

É possível concluir que a partir do ano de 1995 é que ocorrem os aumentos mais significativos, tanto em termos de evolução do número de empresas, quanto em termos de evolução do número de empregos gerados, sendo que o número de empresas e o número de empregos dobram no período de 1995 a 2006. O cálculo do coeficiente locacional (QL) demonstra que em 2005 a microrregião do Alto Vale apresenta um índice de 2,37, maior que 1, o que caracteriza uma concentração de empresas dessa indústria, que atualmente está estruturada nos segmento de confecção de produtos de malha (algodão) e jeans (RAIS, 1991; RAIS, 1996; RAIS, 2001; RAIS, 2006).

Como principais resultados, a pesquisa de campo reforçou o fato de que a atividade vestuarista do Alto Vale do Itajaí é concebida como uma aglomeração industrial informal em função da pouca organização e articulação das empresas locais, apesar dessa atividade gerar inúmeros postos de trabalho. No decorrer do estudo empírico também verificamos o despreparo dos empresários locais, tanto em termos de mercado, tecnologia, fortalecimento institucional e cooperativo, quanto em termos de utilização de novas práticas que integre a dimensão socioambiental. Se por um lado os empresários estão despreparados, por outro as instituições de apoio (educacional e financeira) ao setor, entidades de classe e órgãos públicos também não conseguem encontrar meios para organizar e estruturar essa atividade (SACHS, 2007; SACHS, 1993; COURLET e SOULAGE, 1994).

Partindo dessas constatações, observamos que os mais significativos entraves a ação dessa aglomeração frente à microrregião estão relacionados à falta de cooperação (COURLET e SOULAGE, 1994; REDESIST, 2007. Essa falta de cooperação é fruto de bloqueios que estão sintetizados no Quadro 2:

BLOQUEIOS DE NATUREZA TÉCNICA E DE ORGANIZAÇÃO DO SETOR	BLOQUEIOS DE NATUREZA SOCIOCULTURAL E SOCIOPOLÍTICA
Baixa divisão do trabalho dentro do setor	Empresários que perderam a solidariedade mecânica/primária existentes nas domingueiras agrícolas
Diferentes padrões tecnológicos	Exploração da mão-de-obra local com ritmo intensivo de trabalho
Ausência de mão-de-obra qualificada	Origem externa ao território das empresas subcontratantes dos serviços
Ausência de política equitativa de apoio ao crédito (desde as médias às MPEs)	Despreparo das instituições e entidades de classe em mobilizar e fortalecer a participação e organização do setor;
Despreparo e pouco apoio das instituições de ensino e formação locais	Pouca articulação entre poder público local e as instituições de apoio ao setor.
Ausência de instituições de pesquisa e desenvolvimento	Governança hierárquica (corporativa)

Fonte: Pesquisa de Campo

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Quadro 2: Bloqueios à cooperação

Esses bloqueios também estão imersos numa situação de carência de institucionalização e de formas de cooperação interinstitucional que dinamizem o aglomerado. Além disso, foi possível identificar que as principais características dos processos de cooperação e parceria existentes junto à aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí estão pautadas nas relações comerciais, conforme sintetizamos a seguir:

Características	Micro	Pequena	Média
Principais parceiros em atividades cooperativas	Fornecedores, clientes e representação.	Fornecedores e clientes.	Fornecedores, clientes, universidades, representação.
Principais objetivos da cooperação	Capacitação de RH.	Capacitação de RH, relação com a comunidade local e compra de insumos e equipamentos.	Capacitação de RH e articulação com outros segmentos da região.
Localização dos agentes cooperativos	Principalmente da região do Vale do Itajaí (com exceção dos fornecedores âmbito nacional)	Dentro e fora do arranjo, principalmente, no âmbito nacional.	Dentro e fora do arranjo, principalmente, no âmbito nacional e em menor quantidade exterior.
Coordenação das relações	Por grandes empresas e médias empresas de dentro e fora da região – que fazem parte de redes verticais e horizontais (de subcontratação); Por micro e pequenas empresas que estão fora das redes técnico-produtivas.	Por médias empresas quando integrantes de redes verticais e horizontais. Pelas próprias pequenas empresas quando coordenam redes verticais e/ou horizontais.	Pelas próprias médias empresa (grupo, <i>joint venture</i> etc.) que coordenam redes verticais e horizontais.
Principais resultados obtidos com a cooperação	Melhoria nos processos produtivos, na capacitação de RH, comercialização e qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, seguidas das condições de fornecimento dos produtos e, por fim, da qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, qualidade dos produtos e promoção de nome/marca da empresa no mercado nacional.

Fonte: Pesquisa de campo

Quadro 3: Características do processo de cooperação no seio das empresas da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí

Percebemos, através do Quadro 3, que para todas as empresas do aglomerado, os principais parceiros são fornecedores e clientes, algo comum dentro de qualquer estrutura e organização empresarial. Entretanto, as relações entre as empresas do setor, salvo aquelas existentes entre as que prestam serviços e que não produzem o mesmo bem ou serviço, são reduzidas. A partir do quadro sinótico acima, baseado na tipologia de Bourque (2000), também foi possível observarmos que a atual estrutura desse segmento é baseada em uma

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

governança hierárquica corporativa, cuja coordenação é exercida por uma autoridade hierárquica, ou seja, é composta pela autoridade de grandes e médias empresas, frente a empresas menores, satélites das maiores. No caso da aglomeração do Alto Vale do Itajaí verificamos que muitas das grandes e médias empresas subcontratantes de serviços e que são o ponto inicial da rede são de outras microrregiões, geralmente, do Médio e do Baixo Vale do Itajaí. Isto é, além dessas redes de subcontratação formadas nesse aglomerado criarem uma relação de dependência entre empresas maiores e as menores, essas empresas não são originárias da microrregião em questão, acarretando menos preocupação com a qualidade de vida dentro do território (Alto Vale do Itajaí). Coloca-se, nesse sentido, um impasse de coordenação e estruturação das ações produtivas no território, o que aumenta a incidência de impactos socioambientais.

No âmbito dos impactos socioambientais, as atividades com maior potencial de degradação desse setor são as lavanderias, estamparias e tinturarias. As lavanderias são extremamente importantes para a dinâmica industrial do setor do Alto Vale, já que a região vem se especializando na produção do jeans. No entanto, essa etapa da cadeia produtiva requer elevado consumo do recurso hídrico e uma série de procedimentos por parte das empresas quanto ao tratamento dos dejetos que são lançados novamente aos rios regionais³. Além desse aspecto, chamamos a atenção para os resíduos sólido produzidos por essa atividade, denominado lodo industrial. Esse resíduo, em geral, é descartado nos aterros industriais de Blumenau e arredores, sem contar os restos de tecido, que atualmente hoje vêm sendo doado ou vendido para reciclagem ou para a queima em caldeiras.

É preciso destacar que alguns problemas com o lodo das lavanderias e o tratamento de água já ocorrem, segundo a polícia ambiental local. Embora o aparato de gestão ambiental pública exista, percebemos que a sua ação é ainda incipiente. Dentre os principais entraves da gestão ambiental pública tem-se: o sucateamento de equipamentos; a falta de pessoas para realização de laudos e acompanhamento do trabalho dessas empresas; e, por fim, o “velho” e conhecido clientelismo que circunda a realidade dessas organizações públicas e que prejudica e compromete a qualidade do meio ambiente local.

³ Por exemplo, segundo representante da FATMA, quanto à água, muitas empresas ao obterem o licenciamento têm determinada capacidade instalada, mas com o passar do tempo, há o aumento da capacidade de produção dessas empresas, contudo não há o aumento, na mesma proporção, da capacidade de tratamento de efluentes, o que acarreta a desregulamentação da atividade e, conseqüentemente, aumenta o nível de poluição dos rios locais.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

Outro aspecto levado em consideração na pesquisa de campo e que segundo Sánchez (2006) é preponderante, foi o da postura do empresário local e a sua racionalidade diante da questão socioambiental, sendo retratada pelo Quadro 4 a seguir:

Características	Micro	Pequena	Média
Seleção dos fornecedores	Preço e condições de pagamento	Preço e condições de pagamento	Preço e condições de pagamento e transporte facilitado
Prática de gestão ambiental (a mais de dois anos)	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel e venda ou doação de restos de tecidos	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel e venda ou doação de restos de tecidos	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel, prática de consumo de energia, destinação adequada para seus resíduos e promove campanhas para seus trabalhadores e comunidade local sobre a questão ambiental
Impactos ambientais gerados	Não causa nenhum problema de grande impacto ambiental.	Não causa nenhum problema de grande impacto ambiental.	Não causa nenhum problema de grande impacto ambiental.
Ações conjuntas entre as empresas em prol do MA	Desconhecem as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região	Desconhecem as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região	Desconhecem as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região
Problemas enfrentados junto à comunidade local	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 4: Postura do empresário local e a sua racionalidade quanto à questão socioambiental

Percebe-se por meio do Quadro 4 que a visão do empresário local é ainda a do curto prazo, já que quando questionados sobre a escolha dos fornecedores, o elemento preço e condições de pagamento são colocados como essenciais, mesmo em meio às pequenas e médias empresas, um pouco mais estruturadas financeiramente. No que se refere às práticas de gestão, além da coleta seletiva, que é uma exigência do próprio poder público municipal, e a venda ou doação de restos de tecido, as demais técnicas de gestão relativas ao consumo de água, energia, apoio à conscientização ambiental, entre outras, são desconhecidas ou não praticadas pela maioria dos empresários. Quanto aos impactos ambientais, a grande parte não considera sua atividade causadora de impacto ambiental e desconhece a relação da degradação dos seus fornecedores de insumos. Em relação à ação conjunta das empresas em prol do meio ambiente, a maioria dos empresários desconhece, ou conhece, mas não participa

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

das discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região, além de praticamente desconhecer as ações das ONGs ambientalistas da microrregião.

Podemos ressaltar também impactos sociais que integram o rol de impactos socioambientais na microrregião. Apesar de a microrregião possuir características agrícolas, observa-se nos últimos anos uma migração dos agricultores e filhos de agricultores, em função da decadência da agricultura familiar, para outras atividades. Uma dessas atividades, sendo mais comum entre a mulher agricultora, é a do vestuário. Muito embora o segmento de confecção seja mais propenso às mulheres, no decorrer do estudo empírico, percebe-se que muitos homens jovens estão procurando trabalhar nessa atividade, devido à abundância de oportunidades de emprego. Além dessas transformações, observamos mudanças no contexto laboral, pois os trabalhadores que vem da agricultura, habituados ao trabalho pesado, são mais dispostos a permanecer na atividade têxtil-vestuarista, cujo ritmo de trabalho é intenso e frenético. Esse ritmo intenso de trabalho vem acarretando inúmeros problemas de saúde junto a uma grande gama de trabalhadores do setor. Tal fato é agravado pela informalidade. Como conseqüência desse circuito da informalidade tem-se dificuldades, por um lado, mercadológicas, com a queda do preço por serviço prestado, e por outro lado, de saúde pública, especialmente, pela LER (lesão por esforço repetitivo) e depressão.

Então, concluímos durante o trabalho de campo que embora a agricultura e a indústria de confecção estejam situadas em universos distintos, com formas de produção e trabalho diferentes, no Alto Vale do Itajaí, essas atividades começam a ter uma relação mais estreita. O grande problema desse estreitamento de relações está na aquisição de hábitos mais urbanos por parte dos agricultores, modificando seus costumes, seus modos de vida e suas tradições (VANCLAY, 2003). É preciso destacar também a larga dependência dos municípios do Alto Vale do Itajaí ao segmento do vestuário, criando uma monocultura no âmbito industrial. Aos poucos a atividade agrícola está dando espaço a atividade do reflorestamento de exóticas, como conseqüência dessa migração dos trabalhadores da agricultura para outras atividades industriais. No caso do Alto Vale do Itajaí, verificamos que essa microrregião é composta por inúmeras nascentes do Rio Itajaí-Açu. Sendo assim, essa migração dando margem a exploração da atividade de reflorestamento com espécies exóticas, principalmente, do eucalipto, cria uma série de problemas socioambientais com abrangência macrorregional.

Embora reconheçamos os inúmeros problemas dessa relação indústria versus agricultura, é preciso apontar impactos positivos. Verificamos que o trabalho na atividade vestuarista vem suprir as deficiências financeiras e econômicas das famílias desses

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

agricultores. Sem contar a diminuição da produção do fumo e do arroz, atividade que é altamente degradante. A grande questão está entre buscar o equilíbrio das atividades agrícolas *versus* as atividades industriais e urbanas. Da maneira como está sendo conduzida essa migração na microrregião, pode-se constatar que um impacto social (na vida das propriedades agrícolas) gera, por sua vez, como consequência um impacto ambiental (VANCLAY, 2003).

Portanto, a partir de toda essa reflexão, frente ao impacto socioambiental dessa aglomeração industrial no Alto Vale, é possível concluir que ainda faltam alguns elementos para que o conjunto dessa atividade contribua efetivamente com um tipo de desenvolvimento baseado em pressupostos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais. Como já foi exposto anteriormente, a ausência de uma governança local coordenada por meio da participação dos diversos atores locais é que acarreta inúmeras das fragilidades descritas no decorrer deste artigo. Isto significa dizer que *a pouca cooperação, que dificulta a configuração de uma governança territorial negociada e articulada com o conjunto dos atores locais, acarreta a incidência de impactos socioambientais sobre o território*. O estímulo ao fortalecimento de uma governança em parceria junto as empresas do setor têxtil-vestuarista proporcionaria espaços de manobra propícios a formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento para a microrregião em questão (BOURQUE, 2000).

Dentro da perspectiva adotada neste artigo a governança em parceria deveria estar pautada em novos pressupostos pautados na inter-relação da economia a uma perspectiva social e ecológica mais ampla, com intuito de construir novas formas de articulação e de negociação entre as esferas pública, privada e a economia social (ANDION, SERVA, LÉVESQUE, 2006). Nessa perspectiva as formas econômicas estão encastradas no social e no ambiental e, por este motivo, devem estar inseridas numa noção mais ampla do desenvolvimento. No caso estudado, percebemos que apesar de haver um conjunto de empresas do segmento têxtil-vestuarista concentradas na microrregião elas ainda têm dificuldade de incorporar outras preocupações que vão além do campo econômico. Além de as instituições de apoio local atuarem de forma fragmentada. Portanto, os avanços no campo socioeconômico não têm sido acompanhados por avanços nos campos sociopolítico e socioambiental.

5 Considerações finais

O estudo demonstrou limitações relacionadas à articulação da atividade industrial com a questão ecológica e social local e com o plano temporal do longo prazo. Baseado em tudo o que foi descrito, observamos que a racionalidade que permeia os atores da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí, tanto empresários, quanto instituições de apoio (técnico, financeiro, poder público, associações e entidades de classe etc.) estão ainda atrelados à busca pelo crescimento econômico, apontando que o suposto modelo têxtil-vestuarista é um modelo que ainda encontra-se defasado e que necessita de mecanismos que introduza a questão socioambiental.

A pouca incidência de relações de cooperação acarretadas por fatores técnicos, organizacionais, socioculturais e sociopolíticos, como foi destacado anteriormente, conduziu a situação de um modelo produtivo pouco preocupado com as fragilidades da microrregião. Os modos de regulação desse segmento estão pautados em uma governança territorial hierárquica corporativa, dominada por empresas maiores que demonstram o reforço do potencial oligárquico executivo. Além disso, a questão socioambiental é praticamente desconsiderada dentro dos poucos espaços de discussões sobre a ação dessa atividade dentro do território. Também consta que as instâncias de planejamento territorial estão aquém da evolução e organização desse setor.

Portanto, por meio da discussão realizada até o momento, à luz da discussão teórica proposta neste artigo, percebe-se que o caminho para o Desenvolvimento Territorial Sustentável passa necessariamente pela co-construção de uma governança rumo a esse novo modelo de desenvolvimento cujas variáveis socioambiental, sociopolítica e sociocultural devem ser integradas a variável socioeconômica. O sistema de governança territorial, dentro dessa perspectiva alternativa, deverá estar inserido no contexto de uma aglomeração industrial que leva em conta os atores sociais, concebidos nas suas múltiplas racionalidades (ANDION, 2007). Inserido dentro desse modelo de governança as questões do mercado devem contemplar as discussões sobre os impactos sociais e ambientais do sistema socioprodutivo sobre o território, pois é no mercado que os humanos realizam suas atividades, ora como trabalhadores, ora como consumidores, valendo-se do meio biofísico.

Portanto, a concentração industrial não é necessariamente um caminho sustentável territorialmente, faz-se necessário buscar alternativas plurais. Ou seja, é preciso reconhecer

quais são os caminhos mais sustentáveis para a microrregião e isso só ocorrerá se forem levadas em consideração as especificidades do território (SACHS, 1986; SACHS, 2007). Por isso, é preciso que as políticas para o desenvolvimento microrregional contemplem a realidade local e coloquem em conexão os vários atores locais, desde os empresários dessa indústria, até os pequenos agricultores, órgãos públicos, buscando assim encontrar alternativas para esse processo de transição do território, para então promover um novo modo de coordenação e governança local rumo ao desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA e CAZELLA, 2004; ANDION, SERVA e LÉVESQUE, 2006). Dentro desse prisma, numa visão prospectiva, observa-se a necessidade de serem estimuladas, a partir de uma construção coletiva, propostas que assumam o desenvolvimento territorial sustentável como referência, a partir do fortalecimento das instituições e da participação da sociedade civil que culmine na co-construção de uma governança territorial em parceria.

6 Referências

ANDION, Carolina. **Atuação das ONG's nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis, 2007. 385 f. (Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

_____. SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoît. O debate sobre economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

BOURQUE, Gilles L. **De l'ancienne à la nouvelle économie**: un processus de modernisation sociale de l'industrie. Cahiers du CRISES. Coleção Working Papers, n. ET0006. Mars 2000.

COURLET, Claude; SOULAGE, Bernard. **Industrie, territoires et politiques publiques**. Paris: L'Harmattan, 1994.

_____. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique**. Paris: L'Harmattan, 2001.

DANSEREAU, Pierre. Introdução: A ética ecológica e a educação para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, Paulo Freire e RIBEIRO, Maurício Andrés (org). **Ecologia humana, ética e educação**: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre : Pallotti ; Florianópolis : APED, 1999.

HOLLING, C. S.; BERKES, F.; FOLKE, C. Science, sustainability and resource management. In: BERKES, F.; FOLKE, C.; COLDING, J. (orgs.). **Linking social and ecological systems**: mangement practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: University press, 1998. p. 342-362.

JOLLIVET, Marcel.; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: P.F.Vieira & J. Weber (Orgs), **Gestão de recursos naturais renováveis e**

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-112.

KAPP, Karl William. The implementation of environmental policies. In: **Development and Environment.** Mouton. Paris: Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1972a. p. 67-94.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. **Revista Centro de Ciências Administrativas:** Fortaleza. v. 9, n. 2, dez. 2003. p. 189-195.

LEMONS, Cristina. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil:** novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, 2003. 269 f. (Tese de Doutorado, Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

LENZI, Cristiano Luis. Em busca de novas alternativas para o Vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do “Modelo Catarinense”. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima (org). **Novos olhares sobre Blumenau.** Blumenau: FURB, 2000.

LÉVESQUE, Benoît. **Le partenariat:** une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l’ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d’économie sociale. Cahiers du CRISES. Avril, 2001.

LINS, Hoyêdo Nunes. Arranjo produtivo têxtil-vestuarista da Região do Vale do Itajaí. In: **Programa Estratégico de Desenvolvimento com Base na Inovação:** Relatório Geral. Florianópolis: UFSC/PPGE/NEITEC, out. 2005, p. 340-391.

MEADOWS, Donella et al. **Limites do crescimento.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.

MOLINARI, Eliane Terezinha. **Reflexos da atividade de lavagem e beneficiamento de jeans nos recursos hídricos de Rio do Sul/SC.** Florianópolis, 2006. 76 f. (Monografia de Especialização, Programa de especialização em gestão de recursos hídricos), Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95.** Brasília, CD Rom. 2007.

RAIS. **Dados do número de empresas e emprego classificação CNAE 95.** Brasília, CD Rom. 2006.

_____. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95.** Brasília, CD Rom. 2001.

_____. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95.** Brasília, CD Rom. 1996.

_____. **Dados do número de empresas e emprego SUBSETOR DO IBGE.** Brasília, CD Rom. 1991.

REDESIST . Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>> . Acesso em: 30 abr. 2007.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento regional e meio ambiente

_____. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e FUNDAP, 1993.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental e seu papel na gestão de empreendimentos. In: VILELA JUNIOR, Alcir e DEMAJOROVIC, Jacques. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental:** desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora Senac, 2006.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José e BARBOSA, Eduardo Kaplan. **Aglomerções, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, , dez. 2004, p. 151-179.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo : Atlas, 1987.

VANCLAY, Frank. **International principles for social impact assessment.** In: Impact assessment and project appraisal. v. 21,n. 1, mar. 2003.

VIEIRA, Paulo Freire e CAZELLA, Ademir Antônio (org). **Desenvolvimento territorial sustentável:** diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina. Florianópolis: [s.n.], 2004. (Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa - mimeo)

_____. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia:** desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

_____. e CUNHA, Idaulo José. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002.

VON BERTALANFFY, Ludwig. **Teoria geral dos sistemas.** Petrópolis: Vozes, 1975.